

CARTA RIO FRENTE AO HABITAT III

Esta **Carta Rio Frente ao Habitat III**, que trazemos a Quito neste outubro de 2016, apresenta contribuições do coletivo de organizações que participaram da Conferência Preparatória do Rio de Janeiro para o Habitat III. A Conferência reuniu membros de movimentos de moradia, moradores de favelas, atingidos por remoções, movimentos mobilizados em torno das questões ambientais, pesquisadores de grupos acadêmicos, sindicatos, conselhos profissionais, instituições de defesa de direitos humanos e representantes das lutas contemporâneas pelo direito à cidade. Para este coletivo de organizações, a oportunidade do Habitat III será um momento de construção de ações coletivas para o enfrentamento da crise urbana e do modelo de exploração mercantil dos bens e serviços urbanos que se impõem, a todo custo, contra os direitos da população. Nesse sentido, defendemos que o Habitat III deve ser ocupado como espaço de denúncia, interação e organização dos movimentos sociais latino-americanos e mundiais.

A conjuntura brasileira e modelo de cidade

O Brasil vive um grave e acelerado processo de corrosão da democracia, que culminou com a destituição da presidenta eleita em 2014, configurando um pesado golpe na ordem democrática estabelecida pela Constituição promulgada em 1988. O modelo de democracia burguesa, que historicamente dominou as estruturas de poder do Brasil, está em decadência. Há uma crise das formas de representação e ação política, provocando descrédito e perplexidade. Os espaços de participação e controle popular na gestão pública, em geral sem caráter deliberativo, duramente conquistados com as lutas sociais, foram tratados pelos governos como espaço meramente legitimador das propostas dos governos, tornaram-se burocráticos e passaram a ser substituídos por interesses corporativos e de grupos e, por isso, não levaram a cidades justas e democráticas.

Apesar de importantes conquistas legais e institucionais no campo da política urbana, ocorridas no Brasil na última década - com a instituição de Leis, Planos, Conselhos e Fundos – o poder do capital, segue dominando a gestão das cidades brasileiras, impedindo os investimentos públicos necessários para enfrentar as carências sociais e a desigualdade presente nas cidades. Serviços urbanos são mercantilizados resultando em perda de qualidade e aumento das tarifas. Obras de infraestrutura desnecessárias são realizadas para atender os interesses do capital. Predominam mecanismos de expulsão/sucessão, remoções forçadas, aumentos exorbitantes do valor do aluguel e as ocupações para moradia são a resposta da população. Altos índices de violência urbana e a militarização dos espaços públicos e das favelas é a resposta dos governos.

A desigualdade e a injustiça social atingem principalmente a população mais pobre, em especial a população negra, que vive em moradias precárias, localizadas em territórios sem infraestrutura e serviços sociais, onde a intervenção do Estado, quando ocorre, é pela ação policial. Os indicadores sociais de educação, saúde, mobilidade e violência urbana são os piores. Não há investimentos sistemáticos em políticas sociais, ambientais e infraestrutura nas favelas, bairros populares e periferia metropolitana.

O documento do governo brasileiro para o Habitat III

O primeiro documento brasileiro para o Habitat III, construído com limitada participação, parece não reconhecer o colapso que se encontram as cidades brasileiras. O documento não aponta as desigualdades e a crise social urbana. Ao mesmo tempo, valoriza demais os “avanços legislativos” relacionados ao planejamento urbano e o fortalecimento da “participação social” com a criação de conferências e conselhos das cidades, sem ponderar que esse novo marco institucional não foi capaz de disputar a direção das políticas urbanas. Ele também não reconhece as críticas à política de produção habitacional, promotora de processos de periferização da cidade e remoção de famílias. Não reconhece, sobretudo, as limitações das políticas e programas nacionais para garantir a gestão democrática das cidades. O Brasil propõe o direito à cidades inclusivas, solidárias e sustentáveis como

desafios para a Nova Agenda Urbana mas não apresenta elementos da experiência brasileira para sustentar estas propostas. Apesar das limitações do primeiro documento oficial brasileiro, este não foi reconhecido pelo governo golpista que decidiu elaborar novas versões a serem encaminhadas ao Habitat III.

O Rio de Janeiro Olímpico e a privatização da cidade

No Rio de Janeiro, os megaeventos esportivos – Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 - trouxeram a ampliação dos investimentos na cidade. Contudo, tais investimentos não foram usados para solução dos grandes problemas de infraestrutura da cidade: mobilidade urbana inclusiva, produção de habitação de interesse social, despoluição dos cursos d'água, da Baía da Guanabara, entre outros. Em vez disso, o que se viu foi o incentivo à especulação imobiliária e comercial, priorizando investimentos em áreas já estruturadas, privatização de terras públicas, remoção de milhares de famílias e ausência de participação popular na gestão dos recursos públicos. A exploração comercial em bairros tradicionais, desrespeitando regras urbanísticas e ambientais, afeta drasticamente a qualidade da vida urbana. O turismo de massas traz o aumento da violência nas ruas e o aumento do custo de vida. A sistemática e voraz apropriação dos bens públicos comuns, a destruição dos vínculos de solidariedade e reciprocidade entre as pessoas caracterizam o modelo de cidade-mercadoria que se tornou o Rio de Janeiro, especialmente nos últimos anos com a realização de megaeventos esportivos.

Parcerias público-privadas: uma aliança entre o poder local e a incorporação imobiliária

No Rio de Janeiro o poder público tem agido deliberadamente para atender a interesses do capital imobiliário, principalmente por meio da alteração das legislações e da criação de um falso “caráter de urgência”. Tornou-se corriqueiro a aprovação de grandes projetos sem estudos de impactos e sem participação da população, principalmente daquela diretamente afetada.

Destaca-se o Porto Maravilha, a maior Parceria Público-Privada do país que vem promovendo, desde 2009, a reestruturação de uma área de 5 milhões de m². Para viabilização deste projeto, atendendo os interesses de algumas das maiores empreiteiras do Brasil, foram destinados terrenos públicos a empreendimentos privados, alimentando a cadeia produtiva do setor, ao invés de privilegiar o cumprimento da função social da propriedade e a construção de moradias populares. Além dos terrenos, foram destinados ao mercado privado mais de 8 bilhões de reais do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do trabalhador, que financiou na operação.

Denúncia de violações do direito à vida na cidade

- Denunciamos a remoção de 22 mil famílias para construção da “Cidade Olímpica”, totalizando 77 mil pessoas, conforme dados da própria Prefeitura do Rio de Janeiro. Destacamos a violência com que essas remoções são realizadas, com cooptação e coerção de moradores, que são induzidos a negociar individualmente com o poder público, que não possuem alternativas de reassentamento próximo ao local de origem de moradia, que não possuem auxílio jurídico e psicológico para enfrentar o processo de remoção. Denunciamos ainda que, geralmente, o reassentamento em novas unidades habitacionais não garante moradia digna, não se articula com as demais políticas urbanas e reproduz o modelo de segregação socioespacial das cidades brasileiras.

- Denunciamos a desapropriação de terras na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro para a instalação de indústrias multinacionais poluidoras, a exemplo da siderúrgica TKCSA, que representam o modelo de desenvolvimento hegemônico do capital que polui, degrada e transforma áreas da cidade em zonas de sacrifício.

- Denunciamos a violência da polícia em defesa do Estado e dos interesses privados em um quadro de corrupção sistêmica, acobertada pela mídia conservadora. No contexto dos megaeventos que ocorreram nos últimos anos (Pan-Americano de 2007, Jornada Mundial da Juventude de 2013, Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), denunciemos que houve aumento significativo da violência, que se expressa principalmente pela criminalização dos movimentos sociais, pela repressão aos comerciantes de rua e pela militarização de favelas, particularmente com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

- Denunciamos o genocídio de jovens negros e pobres moradores de favelas e periferias da cidade, geralmente mortos por policiais que não são processados e, quando são, os processos não se concluem. Segundo dados oficiais do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP), verificou-se um aumento de 54% de 2013 para 2015 do número de autos de resistência (mortes pela polícia) no Estado do Rio de Janeiro.

O descaso com a preservação ambiental

A administração da cidade do Rio, voltada para os negócios das grandes empresas dá pouca importância aos cuidados com o ambiente. Danos ambientais graves são vistos como um mal necessário, efeitos colaterais inevitáveis. A poluição atmosférica, dos cursos d'água e do solo se ampliam, comprometendo os recursos naturais e a saúde da população. O desmatamento das encostas, das áreas de restinga pantanosas e manguezais, sem qualquer controle, provocado pelo mercado imobiliário, compromete a segurança dos assentamentos, as fontes de água potável e o saneamento ambiental. A ociosidade dos vazios urbanos, espaços especulativos nas áreas centrais, tolerada pela gestão de negócios, para garantir o lucro da terra, força a expansão urbana horizontal na periferia, destruindo o cinturão verde. A ocupação de áreas ambientalmente protegidas por mega empreendimentos, e as constantes mudanças nas regras urbanísticas, agravadas pelas negociações da Cidade Olímpica, agravam a situação ambiental e a qualidade de vida.

A Baía de Guanabara é o destino final de resíduos químicos industriais, metais pesados e do lixo e esgoto sem tratamento dos assentamentos sem infra-estrutura com sérios impactos na vida marinha e na sobrevivência dos moradores. A indústria do Petróleo seqüestrou a Baía, faz o que quer, se utiliza dela como depósito e causa acidentes graves, poluindo as águas e prejudicando o sustento das populações das vilas de pescadores e persegue e ameaça de morte quem denuncia esta situação. Na periferia da cidade, o pólo siderúrgico de Sepetiba, empresas como a TKCSA, a Vale Sul Alumínio e as atividades do Porto provocam grandes impactos e um alto risco à saúde pública pela pulverização de resíduos químicos na atmosfera local e outras formas de poluição

Protestos das populações locais são constantes e massivos e são ignorados ou reprimidos. Suas lutas são levadas aos parlamentos, a Defensoria Pública e a diversos processos coletivos no Judiciário contra as empresas e governantes, com pouco ou nenhum reconhecimento dos seus direitos ambientais, urbanos e sociais.

Governança metropolitana e redução das desigualdades

As periferias das metrópoles brasileiras são territórios dos pobres, sem direito à cidade. A periferia do Rio de Janeiro é um retrato revelador desse quadro de desigualdade. A Baixada Fluminense, com 33% da população da região metropolitana, apresenta os piores indicadores de educação fundamental do estado; o abastecimento de água potável só alcança cerca de 60% das famílias de alguns municípios; o PIB per capita representa 1/3 do valor da capital; o tempo de deslocamento para o centro do Rio de Janeiro, que concentra empregos, é de mais de 2 horas, o maior do Brasil; os rios são usados como vazadouros de esgoto sanitário e lixo que vão poluir a Baía de Guanabara; os investimentos públicos são esparsos.

No Brasil, até 2015, não havia sequer regras e regulamentos definidos para realização da gestão colaborativa entre os municípios metropolitanos, apesar da gravidade dos problemas comuns a todos. Em janeiro de 2015, foi aprovado o “Estatuto da MetrÓpole”, que estabeleceu diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse em regiões metropolitanas. Contudo, a gestão democrática das metrópoles parece longe de se realizar.

No caso do Rio de Janeiro avaliamos que é necessário rever completamente a forma de gestão proposta pelo Governo Regional, tanto dos governos locais quanto da sociedade civil. Caso contrário, entendemos que o “novo ente público” ameaçará os direitos da população e reproduzirá o modelo de cidade excludente e que nega os serviços fundamentais, como o acesso ao saneamento básico na periferia, a exemplo da Baixada Fluminense.

A Nova Agenda Urbana: uma visão crítica

Sem prejuízo do reconhecimento do exaustivo esforço de negociação, bem como da inclusão de propostas de organizações não governamentais, especialmente quanto à menção ao Direito à Cidade como bem comum, a Nova Agenda Urbana (NAU) é um documento que reflete o oficialismo dos governos e da ONU. Fica evidente a concepção de uma abstrata neutralidade, que contradiz com a situação de graves conflitos sociais, exceções à legalidade, terceirização do interesse público, retrocessos quanto à direitos conquistados e gestões excludentes. Também não se encontra na NAU uma avaliação objetiva sobre a implementação dos avanços conquistados e os compromissos acordados no Habitat II, de 1996, especialmente sobre o Direito à Moradia.

Com a sua ênfase em uma visão utilitarista da cidade, a NAU se resume a tratar da dinâmica da economia urbana, uma “receita de bolo” para o desenvolvimento dos países periféricos. Assim, no esforço de compatibilizar interesses específicos, acaba por apresentar contradições inconciliáveis, como, por exemplo, a defesa de direitos públicos *versus* a possível aceitação das Parcerias Público-Privadas como solução viável de serviços públicos acessíveis e sustentáveis. Apesar de dar importância às regras e regulamentos, não são feitas críticas às tendências neoliberais na gestão da cidade.

Chama atenção, ainda, a tímida menção às agendas dos povos indígenas, tribais e quilombolas e sobre a vulnerabilidade e inseguranças urbanas enfrentadas pela população LGBT e pelas mulheres. Também cabe um destaque a ausência de avaliação dos movimentos de insurgência que têm sido uma constante em muitas cidades do mundo e do Brasil.

Afirmações

- Pelo Direito à Cidade como bem comum, por uma cidade para todas e todos, verdadeiramente democrática, justa e sustentável, que respeite os direitos humanos e as desigualdades sociais, que trate de forma igualitária seus habitantes, sem distinção de classe social, raça, gênero e orientação sexual;
- Pelo direito amplo, geral e irrestrito de acesso à terra urbanizada, aos serviços urbanos geridos pelo interesse público, sem privatização e mercantilização dos bens comuns;
- Por uma Política Habitacional de Interesse Social participativa e descentralizada, que atenda a todos os tipos de arranjos familiares da população e as diferentes necessidades sociais e ambientais.

- Pela redução das desigualdades nas cidades, especialmente nas regiões metropolitanas, que devem contar com uma gestão democrática, com ampla participação dos movimentos sociais;
- Pela retomada de investimentos nas cidades, onde os investimentos públicos devem ter continuidade e se ampliar, em novas bases, considerando as representações e avaliações da sociedade;
- Pela desapropriação dos imóveis vazios das cidades, bem como os imóveis privados desocupados e improdutivos, para uso como habitação social, em especial aqueles localizados nas regiões centrais;
- Pela produção de habitação de interesse social autogestionada e fortalecimento das organizações populares e de produção de espaços com maior qualidade urbanística, criando um projeto coletivo alternativo de sociedade, baseado nos princípios da igualdade e justiça social.

Pelo Fortalecimento das Lutas Sociais Urbanas

- Fortalecimento dos movimentos sociais por meio da retomada das articulações entre entidades profissionais, sindicais, acadêmicas, organizações não governamentais, movimentos sociais locais, religiosos, jovens, ligados à cultura, à raça, ao gênero, entre outros;
- Construção de estratégias de ação contra-hegemônicas, valorizando o planejamento conflitual, assistência técnica, propostas concretas, eventos culturais, formação de lideranças, entre outras;
- Articulação com movimentos sociais da América Latina, adotando como referências os debates e as articulações no âmbito do Habitat III.
- Avaliação crítica do processo de participação em conselhos e conferências das cidades e outros espaços de participação de representações sociais populares e do fórum de reforma urbana;
- Articular os movimentos sociais tradicionais e os novos movimentos sociais urbanos, a partir da valorização das ocupações dos espaços públicos da cidade;
- Fortalecer a mobilização popular para enfrentar as desigualdades metropolitanas;
- Apoiar e potencializar ações de mídia-ativismo, por meio de jornais locais, rádios comunitárias ou por redes de internet para disputar o monopólio da mídia corporativa e conservadora.